



número 132 - Julho 2008

NOSSA OPINIÃO

- Pequim: os enganosos jogos do carbono

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Brasil: o desmatamento da Amazônia ganha novo ímpeto
- Guatemala: desmatamento e deslocamentos por agrocombustíveis
- Malásia: povos das florestas de Sarawak assediados pela atividade madeireira e as barragens
- Peru: greve nacional em defesa dos direitos coletivos indígenas
- Perda de manquezais e mudança climática- uma perspectiva global

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: decisão histórica da Justiça Federal brasileira condena a Veracel Celulose (Stora Enso e Aracruz) S/A por crime ambiental
- Chile: cineasta presa por documentar a luta Mapuche contra as empresas florestais
- Colômbia: o dendezeiro cresce à força de violência
- Malásia: bloqueios contra companhia de dendezeiros de Sarawak
- África Ocidental: os ambiciosos planos de expansão da Wilmar e da Olam International para o azeite de dendê

JUSTIÇA CLIMÁTICA JÁ!

- Grupos da Sociedade Civil Asiática Exigem 'Justiça Climática'

NOSSA OPINIÃO

- Pequim: os enganosos jogos do carbono

De acordo com o Ministro da Tecnologia chinês, Wan Gang, os Jogos Olímpicos de Pequim resultarão na liberação de cerca de 1,18 milhões de toneladas de carbono na atmosfera "em parte porque muitos atletas e espectadores deverão viajar longas distâncias". No entanto, não precisamos preocupar-nos com isso porque as autoridades chinesas nos garantem que as Olimpíadas serão "basicamente" neutras de carbono.

Isso é logicamente impossível. Ninguém pode ser "neutro de carbono" já que o combustível necessário para "viajar longas distâncias" (principalmente em aviões, ônibus e carros que funcionam com combustível fóssil) tem sido usado. O carbono armazenado nesse combustível será liberado, aumentando portanto o montante líquido de carbono na atmosfera, acrescentando o carbono que até esse momento tinha estado armazenado em depósitos de petróleo subterrâneos. No caso das Olimpíadas de Pequim, isso resultará em 1,18 milhões de toneladas de carbono adicionais que contribuirão para aumentar o aquecimento global.

O problema é que muitas pessoas acreditam honestamente na possibilidade de virar "neutras de carbono",

principalmente porque –como diz o provérbio- “uma mentira repetida mil vezes acaba virando verdade”. E essa mentira específica está sendo repetida constantemente por numerosos “expertos” com muito a ganhar do comércio de carbono e até por algumas supostas organizações “verdes”.

Esse é o caso do bem conhecido WWF (que tem um panda como logo), cuja seção chinesa tem criado uma página na web especial para facilitar os pagamentos para virar “neutro de carbono”. O site explica que “Através de sua campanha global “Go for Gold” (Consiga o ouro), o WWF está convocando os atletas olímpicos para comprometer-se com uma viagem neutra de carbono para os Jogos de Pequim, doando o equivalente do custo do carbono de seu voo para um projeto de compensação da mudança climática padrão ouro.” WWF-China até recomenda cinco “pontos de venda” específicos”: www.climatefriendly.com, www.myclimate.org, www.atmosfair.de, www.nativeenergy.com, www.tricoronagreen.com

A citação supra leva a acreditar que pagando –“doando”- um determinado montante de dinheiro, o carbono liberado pelo avião, ônibus ou carro será feito desaparecer em algum lugar por alguém que fará alguma coisa que “compensará” essas emissões. Parafraseando um bem conhecido filme, essa é de fato uma “Emissão Impossível”.

No entanto, fazem com que as pessoas acreditem que uma série de medidas, que podem ser úteis em si mesmas, mas que não têm qualquer relação com a “neutralização” das emissões de carbono dos combustíveis fósseis, podem fazer com que atinjam o estado “neutro de carbono”. Por exemplo, não há dúvidas que as medidas de poupança de energia, a eficiência energética, o uso de energia solar, eólica e geotérmica, a redução no uso de carros, são todos passos positivos na direção correta. O problema surge –como no caso das Olimpíadas de Pequim- quando os organizadores alegam que essas medidas garantirão que os Jogos serão “basicamente” neutros de carbono. Não serão.

O que é necessário para lidar verdadeiramente com o problema da mudança climática é reduzir drasticamente e eventualmente eliminar o uso de combustíveis fósseis. Ser “neutro de carbono” não é uma questão de escolha individual mas uma questão política que deve ser tratada nesse nível. Neste caso a pressão –e a culpa- não devem ser colocadas nos atletas Olímpicos –que já terão suficientes problemas para achar suficiente oxigênio no ar poluído de Pequim- mas nos governos que continuam promovendo um modelo de desenvolvimento baseado nos combustíveis fósseis e na destruição ambiental.

As Olimpíadas de Pequim poderão ter um resultado bem sucedido da perspectiva esportiva, mas não terão o “efeito positivo na mudança climática” alegado pelo Ministro chinês Wan e com certeza não serão “basicamente” neutras de carbono. Tentar esverdear 1,18 milhões de toneladas de carbono pode virar um empreendimento difícil.

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Brasil: o desmatamento da Amazônia ganha novo ímpeto**

Neste mês, o Congresso brasileiro transformou em lei a medida provisória Nº 422, que aumenta a área da Amazônia que pode ser concedida para uso rural dispensando qualquer licitação. O limite, estipulado anteriormente em 500 hectares, é ampliado a 1.500 hectares, com a possibilidade de desmatar até 20% da área concedida.

A votação contou com a forte oposição da ex-ministra do Meio Ambiente e atual senadora Marina Silva, quem acusou o governo de legalizar a apropriação ilegal das terras da Amazônia. “Essa medida significará um processo de privatização da terra”, declarou, anunciando que acarretaria sérios prejuízos ao Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia.

Esta notícia se cruza com as revelações de um novo estudo americano publicado na revista "PNAS" e denunciado em uma reportagem da Folha de São Paulo de 1º/7/2008. O estudo aponta que entre 2000 e 2005, o Brasil liderou a lista na questão de área desmatada e velocidade de devastação, apesar de nos últimos três anos ter conseguido reduzir em 59% os índices de desmatamento (passando de 27.429 km² de agosto de 2003 a julho de 2004, a 11.224 km² na última medição, de agosto de 2006 a julho de 2007), mas ao que tudo indica, essa situação está prestes a ser revertida.

Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Amazônia brasileira perdeu 1.096 quilômetros quadrados em maio e mais da metade desse desmatamento ocorreu no estado de Mato Grosso do Sul (646 km²), onde historicamente foram denunciadas as maiores pressões das plantações de soja e da pecuária sobre a floresta.

Por outra parte, mesmo que a intensa expansão da cana-de-açúcar para a produção de etanol não ocupe terras amazônicas, exerce uma pressão indireta já que está localizada em áreas próximas e as encarece, empurrando outras lavouras e a pecuária para a Amazônia e favorecendo a entrada à floresta com a construção de estradas e infra-estrutura.

Além disso, o desmatamento incide diretamente no aquecimento global através da emissão de dióxido de carbono, e altera o processo de evapotranspiração que regula o comportamento climático.

Reiteramos nossa opinião a esse respeito ao dizermos que obviamente as florestas não estão desaparecendo porque as pessoas e seus governos sejam ignorantes ou porque não haja planos de gestão adequados. As florestas estão desaparecendo porque uma seqüência de políticas nacionais e internacionais interligadas preparam o terreno para que isso aconteça. É portanto nesse nível que devem ser achadas as soluções.

Artigo baseado em informações obtidas de: "Brasil é líder total em desmatamento, mostra novo estudo", Instituto Humanista Unisinos, Internet, 1-7-08, <http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/42192>; "Deforestación amazónica superó los 1.000 km²", Jornal El Universal C.A., http://www.eluniversal.com/2008/07/15/ten_ava_deforestacion-amazon_15A1799685.shtml

[início](#)

- Guatemala: desmatamento e deslocamentos por agrocombustíveis

Na Guatemala, como em outros países do Sul, as comunidades indígenas e o meio ambiente pagam um alto custo pela expansão dos agrocombustíveis. Desmatamento, deslocamentos forçados, ameaças, prisões ilegais e inclusive o assassinato assinalam este avanço.

A organização Salva la Selva denuncia uma situação que vem ocorrendo nos últimos três anos em uma área conhecida como "Finca Los Recuerdos", onde o Engenho Guadalupe, uma das empresas produtoras de etanol do país, vem desmatando em terras indígenas para plantar cana-de-açúcar voltada para a produção do mencionado combustível.

Em meio a uma crise alimentar e ao aumento de preços dos alimentos, no dia 30 de junho deste ano, 60 famílias Kekchi de La Isla, Caserío el Morador Semano, Corazón de Maíz y Teleman Punto 15, en Panzos, tentaram reaver parte de sua terra para cultivá-la e produzir alimentos.

Como resposta, conforme consigna Salva la Selva, "foram atacados por paramilitares ligados à empresa. Durante esse ataque, foram feitos disparos desde um helicóptero, resultando ferido um homem de 35 anos, pai de três crianças, que teve que ser hospitalizado. No dia seguinte, as famílias e representantes da organização camponesa

CUC, realizaram um protesto pacífico durante o qual foram novamente atacados pelos paramilitares, que estavam acompanhados por dois representantes do Engenho Guadalupe. Houve disparos, ameaças de morte, e duas mulheres foram presas de forma ilegal." Na zona de Coatepeque também houve ataques similares pela expansão do dendezeiro para a produção de biodiesel.

De acordo com as informações facilitadas pelo CUC, e pela organização internacional de direitos humanos Rights Action, esses acontecimentos são representativos do que está ocorrendo em toda a Guatemala. Integrantes do CUC denunciam o seguinte: "Deixamos ver que o governo não tem medidas claras para enfrentar a crise de alimentos e de preços altos, e colocamos a responsabilidade nele pela reação e as ações que a população adotar diante do agravamento da crise".

Até agora, as medidas adotadas foram para apoiar os interesses dos grupos do agronegócio, para que eles, tal como é denunciado, "obtenham de forma ilegal terras pertencentes a comunidades indígenas, e onde a violência dos paramilitares e inclusive das forças de segurança do Estado é utilizada para deslocar as comunidades".

A destruição ambiental e a violação dos direitos humanos são promovidas pelo sistema financeiro mundial: em janeiro deste ano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aprovou um financiamento que habilita o governo guatemalteco a desenvolver uma estratégia nacional de agrocombustíveis. Isso inevitavelmente será traduzido em mais desmatamento, mais apropriação de terras, mais deslocamentos forçados, mais violação dos direitos das comunidades indígenas...

O BID é um dos maiores financiadores da expansão dos agrocombustíveis na América Latina e está preparando créditos privados no valor de \$ 3.000 bilhões. A Rights Actions exorta a realização de uma ação junto ao BID, denunciando a situação e reclamando a suspensão imediata de todo apoio e financiamento para a produção de agrocombustíveis na Guatemala através de uma carta que se encerra dizendo: "A produção de agrocombustíveis na Guatemala aumentou o desmatamento, a desertificação e acelera a mudança climática. Também aumenta a fome, e viola os direitos territoriais das comunidades indígenas, incrementando a repressão violenta. Por favor, suspenda imediatamente seu apoio aos agrocombustíveis na Guatemala." (disponível em <http://www.salvalaselva.org/protestaktion.php?id=283>).

Artigo baseado em informações obtidas de: "Empresa de agrocombustibles reprime violentamente a indígenas en Guatemala", Salva la Selva, <http://www.salvalaselva.org/protestaktion.php?id=283>

[início](#)

- **Malásia: povos das florestas de Sarawak assediados pela atividade madeireira e as barragens**

No Boletim do mês passado do WRM lembramos a batalha de longa data que as comunidades tinham travado pelas florestas de Sarawak, principalmente através de bloqueios de caminhos para deter a entrada dos caminhões madeireiros em seus territórios.

Agora os Kenyah estão de novo defendendo seus meios de vida. De acordo com um relatório do Instituto de Recursos de Bornéu (BRIMAS), "Mais de cem (100) indígenas Kenyah de várias comunidades organizadas em malocas que vivem no interior da área de Telang Usan (Kedaya Telang Usan) na região Baram do Estado de Sarawak, Malásia Oriental, se reuniram no curso superior do Rio Moh para fazer um protesto não violento contra as operações madeireiras da Samling Timber Company. Em 19 de maio de 2008, os Indígenas Kenyah de seis (6) comunidades organizadas em malocas, Long Moh, Long Je'eh, Long Bela'ong, Long Sawan, Long Silat e Long Mekabar começaram com o bloqueio. O bloqueio se estabeleceu nos principais caminhos madeireiros usados pela Samling Timber Company para desenvolver suas atividades madeireiras dentro das terras comunais e área de florestas dos Kenyahs de Kedaya Telang Usan na Região de Baram."

O grupo Samling, um dos gigantes madeireiros de Sarawak certificado pelo Conselho de Certificação de Madeira Malásio (MTCC) tem estado levando a cabo atividade madeireira ilegal sem consentimento prévio dentro da área de terras comunais indígenas. Não apenas isso, mas também ignorou “demandas razoáveis de benefícios sociais e desenvolvimento das comunidades, já que são as legais partes interessadas que deveriam beneficiar-se justamente com os recursos da floresta em sua área” disse o Instituto de Recursos de Bornéu.

Os Kenyahs se tinham queixado repetidamente às autoridades e à companhia madeireira pelos problemas causados pela destruição da floresta, na que baseiam ainda grande parte de sua existência. No entanto, nenhuma medida foi adotada e a companhia continuava intata, portanto eles decidiram lançar mão de bloqueios para atrair a atenção para sua reclamação e deter os caminhões madeireiros para que a companhia não pudesse extrair e transportar valiosas árvores nascidas na floresta dos Kenyah na área superior de Sungai Sebu, Sungai Jekitan e Sungai Moh. Seus cartéis diziam: “Samling, não roube a riqueza da terra das pessoas pobres para entregá-la aos ricos na cidade.”

De acordo com BRIMAS, no passado 14 de junho, o pessoal da Polícia foi ordenado a fazer cumprir uma ordem de prisão no lugar do bloqueio emitida pelo Tribunal de Miri. No entanto, até agora não há notícias de que tenham prendido ninguém.

Mas parece que os povos das florestas de Sarawak não têm trégua. De acordo com Survival International, um documento secreto filtrado revela planos da companhia Sarawak Energy Berhad para construir uma série de barragens hidrelétricas massivas em Sarawak, submergindo as casas de pelo menos um milhão de indígenas Penan, Kelabit e Kenyah. Uma barragem também submergiria porção do Parque Nacional de Mulu, patrimônio da humanidade da UNESCO.

A construção dos projetos energéticos está planejada de agora até 2020. A apresentação da Sarawak Energy Berhad foi colocada –parece que acidentalmente- em um site na web chinês e agora tem sido removida. No entanto ainda pode ser feito um download junto com um mapa dos lugares propostos para a barragem no site na web de Survival em <http://listmanage.com/track/click?u=b14580b05b832fb959c4ee444&id=1eb1403010&e=8E4tnmA4RM>

Artigo baseado em informação de: “Malaysian police ordered to clear Kenyah logging road blockade”, Bruno Manser Fonds, <http://www.bmf.ch/en/news/?show=102>

[início](#)

- Peru: greve nacional em defesa dos direitos coletivos indígenas

Nos dias 8, 9 e 10 do passado mês de julho, a Confederação Camponesa do Peru e a Confederação Nacional Agrária, com a alta adesão de inúmeras organizações indígenas e camponesas realizaram um amplo protesto em todo o país, que coincidiu no dia 9 com uma greve geral convocada pela Central Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP).

O protesto reuniu várias Comunidades, Federações e Organizações de Povos Indígenas da Amazônia e vários lemas, em especial a reclamação pelo respeito dos direitos coletivos dos Povos Indígenas, afetados pelas políticas que o governo pretende impor na Amazônia e que implicam a imposição de indústrias destrutivas para a Amazônia e seus habitantes, tais como a mineração, a exploração petrolífera e o florestamento.

Algumas das reclamações dos Povos Indígenas no Peru referem a uma série de projetos de lei que cerceiam os direitos coletivos indígenas, entre elas uma seqüência de iniciativas legislativas:

* os decretos legislativos 1015 e 994, através dos que o Poder Executivo pretende impor coativamente o

parcelamento e a propriedade individual em terras indígenas comunitárias em todo o Peru. Isso provocaria a desproteção e permitiria a invasão de poderosos grupos econômicos, principalmente das indústrias extrativas. As normas propostas também violam vários artigos da Constituição, que garantem a propriedade comunal e estabelecem que as comunidades são autônomas em sua organização;

* o projeto de lei 840, chamado "Lei da Selva" (vide Boletim do WRM N° 129), que visa privatizar milhares de hectares de florestas amazônicas para um suposto "reflorestamento", com o argumento de serem áreas sem cobertura florestal e não cultivadas, ou seja, sem direitos adquiridos sobre elas; sendo que na floresta não há territórios sem cultivar, como denunciam as organizações indígenas;

* o projeto de lei 2133, que faculta a venda das praias, lamaçais e restingas que deixam os rios da Amazônia.

Conforme a Frente de Defesa e Desenvolvimento do Alto Amazonas- FREDESAA, trata-se de leis que deixam os habitantes amazônicos sem terras, passando de ser seus legítimos proprietários a ser peões ou posteriormente escravos.

A medida de greve geral do dia 9 de julho, que paralisou boa parte do país atingindo os maiores graus de acatamento nos Andes do Sul, no centro e na Amazônia, somou aos mencionados lemas, o protesto contra a política neoliberal do governo, o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e a privatização dos portos e de serviços básicos como a água.

Em numerosas cidades, as pessoas saíram às ruas para se manifestarem e as estradas foram bloqueadas. O governo mobilizou cem mil policiais em todo o país e lançou mão das forças armadas para assumirem o controle de instalações estratégicas, como as usinas de energia elétrica, os depósitos de água potável e os aeroportos. O saldo foi de umas 200 pessoas detidas.

Artigo baseado em informações obtidas de: "Unidad de los Pueblos ante Paro en la Amazonía del Perú", Red Ucayali, 9/07/2008, <http://peru.indymedia.org/news/2008/07/40434.php>; "El paro pegó fuerte en Perú", Carlos Noriega, Página 12, 10/07/2008, reproduzido por bilaterals.org, http://www.bilaterals.org/article.php3?id_article=12653; "En defensa de las tierras de la Amazonía", FREDESAA, 6/06/2008, <http://frentes-regionales.blogspot.com/2008/06/fredesaa-frente-de-defensa-y-desarrollo.html>

[início](#)

- Perda de manguezais e mudança climática- uma perspectiva global

Os manguezais são as florestas tropicais costeiras. Vastas extensões de linhas costeiras tropicais e subtropicais da Ásia, Oceania, as Américas e o Caribe estão contornadas com manguezais que antigamente cobriam uma área estimada de mais de 32 milhões de hectares. Atualmente, restam menos de 15 milhões de hectares- menos da metade da área originária.

A importância das zonas de amortecimento dos mangues protetores não pode ser considerada um exagero. Em regiões onde essas florestas costeiras têm sido desmatadas surgiram enormes problemas de erosão e assoreamento, e ocorreram terríveis perdas de vidas humanas e de propriedades decorrentes de furacões destruidores, marés de tormentas e tsunamis.

Atualmente é cada vez mais urgente o reconhecimento da importância de conservar e restaurar os cinturões verdes de mangues protetores para minimizar os perigos de futuras catástrofes porque assim como os níveis do mar aumentam também será maior a frequência e a intensidade de furacões e marés de tormentas. Os manguezais podem amortecer a fúria de tais tempestades destruidoras, protegendo as povoações localizadas por trás de uma

faixa saudável dos manguezais.

O Mangrove Action Project (MAP) vem trabalhando com outras organizações dos países do Sul na restauração de áreas de mangues desmatadas e degradadas como uma questão prioritária. O MAP está especialmente interessado em restaurar cerca de 250.000 has de granjas camaroneiras abandonadas que estão localizadas nas áreas úmidas litorâneas, especialmente na Ásia e na América Latina. Mas, ainda mais importante é que o MAP vem trabalhando para ajudar a conservar e proteger as áreas úmidas de mangues já existentes no mundo todo.

A conservação dos manguezais existentes e a restauração de vastas áreas de manguezais degradados e desmatados servirão como uma solução parcial para o aquecimento global. Nosso planeta possivelmente enfrente uma das maiores ameaças da vida tal como nós a conhecemos. Essa crise vem sendo alimentada pela mudança climática induzida pelo homem. Devido ao fato de cerca da metade da humanidade viver hoje em cidades e povoações localizadas ao longo dos litorais hoje vulneráveis, o aquecimento global e o decorrente aumento do nível do mar não pode ser ignorado. As evacuações de ilhas baixas já começaram no sul da Ásia e nas Ilhas do Pacífico Sul. Espera-se que evacuações maciças de milhões de residentes litorâneos irão ocorrer dentro dos próximos 50 anos já que o nível do mar continua a aumentar em decorrência do efeito estufa provocado pelas excessivas emissões de carbono.

Apesar disso, as áreas úmidas de mangues são freqüentemente a primeira linha de defesa, contribuindo a proteger as linhas costeiras contra a erosão e as tempestades. Os manguezais também são uma das melhores formas da natureza para combater o aquecimento global devido a sua enorme capacidade de seqüestrar carbono. Essa é a característica dos manguezais que requer nossa mais imediata e unificada atenção. Uma das maiores contribuições que oferecem os manguezais é sua enorme propensão a seqüestrar carbono da atmosfera e armazená-lo em seu substrato. Conforme a edição de fevereiro de 2007 da National Geographic, "Os manguezais são fábricas de carbono... As medições sugerem que os manguezais podem ter a maior produtividade de carbono de todos os ecossistemas naturais (aproximadamente cem libras por acre ao dia)..."

Os manguezais têm sido seriamente subestimados pelos órgãos governamentais responsáveis por sua proteção e manejo, o que fica claramente evidenciado no Caribe, especialmente nas Bahamas onde os disfarces nos desenvolvimentos imediatistas agora estão acontecendo nas Ilhas Bimini e Guana.

A combinação de falta de ética de conservação, ambição imediatista e fraca aplicação das leis permitiram perdas maciças dessas áreas úmidas litorâneas, com um enorme e encoberto custo decorrente da oxidação e liberação do carbono armazenado nos manguezais.

Um estudo realizado pelo Dr. Ong da Universiti Sams na Malásia revelou que as camadas de solo e turfa que compõem o substrato dos manguezais têm um alto conteúdo de carbono de 10% ou mais. Cada hectare de sedimento de manguezal poderia conter cerca de 700 toneladas métricas de carbono por metro de profundidade. Com a construção de inumeráveis granjas camaroneiras ou complexos turísticos, o desmatamento resultante dos manguezais e a subsequente excavação do substrato do manguezal poderia resultar na oxidação de 1400 toneladas de carbono por hectare ao ano.

Além disso, conforme o Dr. Ong, "Supondo que apenas metade disso irá se oxidar em um período de 10 anos, estamos considerando o retorno à atmosfera de 70 toneladas de carbono por hectare ao ano durante 10 anos. Essa é aproximadamente 50 vezes a taxa de seqüestro. Isso significa que ao transformar apenas 2 por cento dos manguezais, todas as vantagens dos manguezais como sumidouro do carbono atmosférico irão se perder..."

Conforme o último estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a taxa atual de perda de manguezais está na casa de 1% ao ano- ou aproximadamente 150.000 has de área de mangue perdida ao ano. Isso significa cerca de 225.000 toneladas de potencial de seqüestro de carbono perdidas a cada ano, com a

liberação adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de carbono dos solos de manguezal alterados a cada ano.

Obviamente, esse é um problema enorme que exige nossa ação coordenada. Não apenas estamos perdendo o importante potencial oferecido pelos manguezais de seqüestrar o carbono como também estamos vendo a liberação de importantes quantidades de gases poluidores do substrato de manguezais. O contínuo desmatamento de manguezais, seja qual for a razão, deve ser considerado sob uma luz completamente nova... uma luz que ilumine além das escuras fendas do desenvolvimento para a conveniência e o lucro, leve a um futuro para a vida e a vida sustentável nesse planeta agora em risco... esse lar que nós chamamos nossa Terra.

Por Alfredo Quarto, Diretor Executivo, Mangrove Action Project, www.mangroveactionproject.org

REFERÊNCIA: Ong, Jim Eong, Prof., Centre for Marine & Coastal Studies, Universiti Sains, Malásia, "The Hidden Costs of Mangrove Services, Use of Mangroves for Shrimp Aquaculture" , Mesa redonda internacional das ciências para a Mídia, 2002

início

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: decisão histórica da Justiça Federal brasileira condena a Veracel Celulose (Stora Enso e Aracruz) S/A por crime ambiental

Em 17 de junho de 2008, a Justiça Federal da cidade de Eunápolis, estado da Bahia, divulgou no Diário da Justiça Federal da Bahia (no. 42/pág.60) a sentença de uma Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público Federal em 1993 contra a Veracel Celulose - na época chamada de Veracruz Florestal - e os órgãos ambientais estadual (CRA – Centro de Recursos Ambientais) e federal (IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente).

A Justiça Federal brasileira condenou a Veracel a restaurar, com vegetação nativa, todas suas áreas compreendidas nas licenças de plantio de eucalipto que foram liberadas entre 1993 e 1996. Significa que uma área de 96 mil hectares, coberta por eucaliptais da empresa, deverá ser reflorestada por árvores da mata atlântica, um dos biomas mais diversos do planeta e, ao mesmo tempo, mais ameaçados do mundo. A empresa também foi condenada a pagar uma multa de R\$ 20 milhões (US\$ 12,5 milhões) pelo desmatamento da mata atlântica, com tratores e correntão, ocorrido nos seus primeiros anos de funcionamento (1991-1993). A Veracel anunciou que vai recorrer da decisão.

A Veracel Celulose é uma joint venture de duas das maiores empresas do ramo de papel e celulose do mundo: a sueca-finlandesa Stora-Enso e a Aracruz Celulose, cada uma detentora de 50% das ações. A Veracel possui cerca de 205 mil hectares de terras no Extremo Sul da Bahia, sendo cerca de 96 mil hectares de monocultura de eucalipto; sua fábrica de celulose tem produção de cerca de 900 mil toneladas, destinadas à exportação, sendo que metade dessa produção pertence a Aracruz e o restante à Veracel.

Esta decisão da justiça brasileira pode ser classificada como histórica por diversos motivos:

- A decisão faz justiça à luta do Fórum Sócio-Ambiental do Extremo Sul da Bahia e da Rede Alerta contra o Deserto Verde que lutam há 15 anos para que a Veracel Celulose seja condenada por sua participação na destruição da mata atlântica na região, comprovada por um vídeo divulgado pelo Greenpeace. O vídeo levou o então Ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge, a embargar o empreendimento, apesar das tentativas da empresa de negar e camuflar os estragos ambientais cometidos. Ao mesmo tempo, trata-se de uma decisão inédita no Brasil no sentido de cobrar um crime ambiental cometido por uma grande empresa plantadora de eucalipto,

lembrando que outras empresas também têm cometido o mesmo crime, mas nunca foram condenadas.

- A decisão faz justiça à luta do Fórum Sócio-Ambiental e da Rede Alerta que sempre alegaram que empresas como a Veracel foram licenciadas ilegalmente, sem seguir as regras e critérios para a elaboração de estudos e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Em 1994, 3 anos depois de ter iniciado o plantio de eucalipto, a empresa encomendou, sendo obrigado pelo Ministro do Meio Ambiente, um EIA/RIMA para os plantios e construção da fábrica de celulose. Os documentos foram elaborados às pressas pela empresa finlandesa Jaakko Poyry (a atual Poyry), empresa que se beneficiou posteriormente do empreendimento com serviços de consultoria, prestadas à empresa. Na época, o EIA/RIMA sofreu severas críticas de auditores contratados pela CRA e ONGs. Mesmo assim, o CRA concedeu as licenças necessárias para a empresa continuar a expansão de suas plantações e a implantação da fábrica.

- Com esta decisão, pela primeira vez, é dado um basta no poder político-financeiro de empresas como a Veracel, e de seus donos Aracruz e Stora-Enso. Estas empresas se apropriam do território sem ter limites, financiam campanhas de políticos para todos os cargos e influenciam o poder público para obter regras, incentivos e financiamentos para facilitar seus investimentos; e contratam os melhores escritórios de advocacia do país para anular possíveis prejuízos de ações na área ambiental, social e trabalhista.

Vale lembrar que não é a primeira vez que a Veracel recebe multa ou é questionado pelos órgãos competentes por cometer ilegalidades:

- Em março de 2007, a empresa foi multada pelo órgão federal ambiental, o IBAMA, em R\$ 400.000,00 (US\$ 250.000,00) por fazer uso ilegal de substância tóxica (herbicida Roundup) em 31,6 hectares de área de preservação permanente.

- Em dezembro de 2007, a Veracel foi multada em R\$ 360.900,00 (US\$ 225.563,00) pelo IBAMA por impedir a regeneração natural de mata atlântica com projetos de plantio de eucalipto em 1.203 hectares deste bioma.

- A empresa tem 7.428 hectares de plantios em torno dos Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil, desrespeitando uma recomendação explícita do Ministério Público Federal da Bahia que as empresas não plantem mais eucalipto num raio de 10 km no entorno dos Parques Nacionais na região, em conformidade com regulamentações federais.

O que mais impressiona é que, apesar destes fatos todos, a Veracel Celulose obteve, em março deste ano, da SGS/Qualifor o certificado FSC para o bom manejo florestal ambientalmente adequado para suas plantações de monocultura de eucalipto. O certificado foi emitido apesar de severas críticas da sociedade local e internacional, expressa numa carta assinada por 347 entidades em agosto de 2007. Nem mesmo uma auditoria realizada pelo FSC (ASI) em março deste ano recomendou a suspensão do selo, apesar de ter apontado diversos motivos pelos quais o certificado FSC não poderia ter sido concedido.

Certamente interessa à empresa ter a legitimidade do selo FSC pelo fato de estar em pleno processo para duplicar seus plantios e construir uma nova fábrica. O relatório anual de 2007 de um dos dois acionistas, a Aracruz Celulose, publicado no Jornal A Gazeta em 16/01/2008, afirma que "Até o final de 2008, cerca de 70% da base florestal necessária para a duplicação da Veracel deverá estar adquirida. A nova linha terá capacidade de 1,4 milhões de toneladas anuais de celulose, o que elevará a capacidade nominal de produção da unidade para 2,3 milhões de toneladas (50% para cada um dos sócios, Aracruz e Stora-Enso)".

E ainda, no seu site na internet, a Aracruz afirmou que "US\$ 65 milhões já tinham sido investidos na aquisição de 35 mil hectares de terras e florestas." (http://www.aracruz.com.br/show_press.do?act=news&id=1000557&lang=1)

Esta expansão significa a continuidade dos impactos negativos sobre o meio ambiente, sempre relatados pelas comunidades locais vizinhas às empresas de monoculturas de árvores. É extremamente preocupante quando o FSC no seu relatório de auditoria afirma que “a empresa não tem procedimentos apropriados para monitorar impactos sobre água e ambientais, antes, durante e depois de operações florestais,(..).” Em si este já é um motivo para não certificar a empresa.

Sobre o processo de duplicação dos plantios e da fábrica, anunciada em relatório oficial pela Aracruz, a própria Veracel surpreende: “No final da auditoria ASI, o Sr. Alípio (Diretor-Presidente da Veracel) afirmou para as equipes de auditoria da ASI e SGS que nenhuma decisão tinha sido tomada em relação à expansão das atividades da Veracel. Ele indicou que no momento os acionistas apenas tinham dado luz verde para iniciar um estudo de viabilidade e impactos para tal projeto.” (FSC Surveillance of SGS Qualifor in 2008, Foresta Management Audit to VERACEL, Brazil, 26-28/03/2008)

Quer dizer que as afirmações da Aracruz, citadas acima, são falsas? Ou é o presidente da Veracel que está mentindo?

Essas contradições explícitas, além das outras questões apontadas, deveriam ser motivo suficiente para que o FSC suspenda imediatamente a certificação concedida.

Ao mesmo tempo, é necessário que a sociedade civil brasileira e internacional se mobilize para garantir a conquista da decisão histórica da Justiça Federal brasileira, tão significativa para tod@s que se opõem às ações dessas empresas, e tão importante neste momento de expansão desenfreada da empresa Veracel e seus donos Aracruz e Stora-Enso, incrementando cada vez mais os impactos negativos deste tipo de empreendimentos sobre as comunidades locais e o meio ambiente.

É nesse sentido que o Fórum Sócio-Ambiental do Extremo Sul da Bahia elaborou uma moção de apoio ao Ministério Público Federal da Bahia, parabenizando este órgão público brasileiro, bem como a Justiça Federal da Bahia, pela decisão que foi tomada. O Fórum Sócio-Ambiental convida a tod@s que para que assinem esta moção (http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/mocao_apoio.html).

Winnie Overbeek, Rede Alerta contra o Deserto Verde/Brasil

[início](#)

- Chile: cineasta presa por documentar a luta Mapuche contra as empresas florestais

A ocupação dos territórios ancestrais Mapuches por latifúndios de plantações de eucaliptos e pinheiros de grandes empresas florestais como a CMPC e a Forestal Bosques ARAUCO (Holding COPEC) conta, para sua expansão, com o apoio do aparelho do Estado. A repressão, a tortura, a morte e a criminalização da resistência Mapuche conformam o contexto do “modelo florestal”.

O conflito Mapuche é como uma lepra na sociedade chilena, escondido, estigmatizado, negado.

A documentarista e professora de Música Elena Varela tinha se interessado pela música mapuche e foi realizar um trabalho acadêmico de pesquisa na IX Região, para se interiorizar de sua música e seus instrumentos. Mas a situação com que se deparou modificou a perspectiva de seu trabalho.

Conforme seu próprio testemunho, “Vi que estão empobrecidos, que suas terras estão secas, que por trás das empresas florestais existe uma aparelhagem política, político- militar, e vi que a indústria florestal gasta quanto dinheiro for necessário para silenciar qualquer pessoa que se revelar contra o sistema. As invasões nas moradias

das comunidades mapuches são constantes e terríveis. Acho que alguns ainda estão procurando entre os mapuches aquele terrorista que imaginou Pinochet, um terrorista que jamais vai ser encontrado na zona mapuche, porque não existe”.

Foi então que Elena Varela se dedicou a gravar um documentário que intitulou “Newen Mapuche” (A força do povo da Terra), com que visa registrar o conflito que enfrenta as comunidades Mapuches com a indústria florestal por reivindicações territoriais históricas, em defesa de seus direitos coletivos e pela proteção de seu ambiente diante da depredação das monoculturas florestais (vide Boletins Nº 120, 106 e 101 do WRM).

Nos últimos anos, nesse contexto de deterioração social, cultural e ambiental decorrente da expansão territorial das indústrias florestais, os legítimos protestos sociais do Povo Mapuche, o principal afetado, têm como resposta uma violenta repressão contra os Mapuches e aqueles que abordam solidariamente esta problemática.

A criminalização espalha seu longo braço. Do assassinato pelas costas do jovem Matias Catrileo à prisão de mais de 55 Mapuches, só no período de Bachelet, acusados de atentar contra as plantações florestais, em alguns casos com condenas de até 10 anos (vide Boletim Nº 26), passando por dezenas de feridos em passeatas, situações de amedrontamento e terror.

No dia 7 de maio deste ano, enquanto rodava seu filme, Elena Varela foi detida por mais de 20 policiais armados. Conforme seu depoimento em uma entrevista realizada pelo jornalista Jaime Díaz Lanvanchy, Varela contou que, “Fui proibida de falar com um advogado durante 24 horas, não me disseram de que eu era acusada”, e foi bastante depois que ficou sabendo que era acusada de “associação ilícita para delinquir”.

Ela alega sua inocência e afirma que está na prisão devido a seu filme, “Estou presa por meu trabalho profissional como cineasta, pela informação que tenho em mãos, por interagir com ativistas Mapuches que lutam por suas crenças, por entrevistar pessoas de comunidades Mapuches que têm sido muito reprimidas e que não ousam dizer nada, porque sei de muitas coisas tão cruéis que me deixam doente. O povo Mapuche foi humilhado, foi perseguido. Vi tantas pessoas esmagadas emocionalmente, psiquiatricamente, tantas pessoas que não ousam falar!. Por isso é que estou presa”.

O que mais me faz mal, diz Elena, são as crianças, “as crianças doentes de Temucuicui! [comunidade Mapuche da zona de Ercilla submetida a constantes invasões de moradia das Forças Especiais de Carabineiros]. Pode ser visto nos desenhos. Em seus desenhos, eles pintam militares dentro de suas casas, explosões com bombas lacrimogêneas. Isso é o que eles não querem que surja à tona! E também querem saber onde estão os Mapuches que estão lutando, para exterminá-los, como querem fazer comigo. Eu quis fazer um filme e me prenderam. É uma forma de me exterminar, de me silenciar”.

A Anistia Internacional declara oficialmente que acredita que “as autoridades a prenderam em uma tentativa de deter as pesquisas sobre esse conflito e de intimidar tanto ela quanto o povo indígena Mapuche. A polícia confiscou em sua casa diversos objetos como fitas de vídeo, equipamento de som, câmeras fotográficas e telefones celulares, bem como as vestimentas necessárias para filmar o documentário. Além disso, recolheu os materiais da pesquisa que Elena Varela tinha realizado e os documentos relacionados com o financiamento do filme por parte do Fundo de Fomento Audiovisual do Conselho Nacional da Cultura e das Artes. A Anistia Internacional receia que esta informação possa ser usada pelas forças de segurança chilenas para intimidar e assediar os ativistas Mapuche e aqueles que contribuírem com suas opiniões para a pesquisa”.

A situação que vive a documentarista Elena Varela não é única. Desde março de 2008, as autoridades têm detido três documentaristas que denunciaram o conflito entre as empresas madeireiras e o povo Mapuche. O noticiário mapuche Mapuexpress informou que, “Dois jornalistas franceses, Christopher Cyril Harrison e Joffrey Paul Rossi, foram detidos no dia 17 de março em Collipulli enquanto filmavam um werkén [autoridade tradicional do povo

Mapuche]. A polícia confiscou os equipamentos de filmagem, bem como as fitas que continham o trabalho realizado até esse momento. Apesar de ter havido uma tentativa de expulsão, o cônsul francês evitou que isso acontecesse. Dois dias (depois) foram agredidos na rua junto ao werkén por um grupo de doze pessoas. Uma situação semelhante foi vivida no sábado 3 de maio por Giuseppe Gabriele e Dario Ioseffi, dois documentaristas italianos, enquanto faziam uma gravação audiovisual de uma mobilização Mapuche em um estabelecimento da Forestal Mininco, reivindicado há quase duas décadas pela Comunidade Chupilko".

A Anistia Internacional recomenda uma seqüência de ações para o caso de Elena Varela, entre elas, encaminhar uma carta à Presidenta, à Ministra da Cultura e ao Ministro do Interior (vide em http://www.amnistia.cl/index_aauu.shtml?x=87763). Por sua vez, várias personalidades do mundo cinematográfico fizeram circular uma carta dirigida à Comissão Interamericana de Direitos Humanos reclamando a liberdade de Elena Varela e manifestando sua "preocupação pela situação da liberdade de expressão no Chile" (vide http://www.wrm.org.uy/paises/Chile/medidas_cautelares.pdf e vídeo da entrevista coletiva em <http://www.youtube.com/watch?v=GaS9Fcoz3LA>).

Para Elena Varela, a dor é muito grande "por não poder mostrar o que tinha para mostrar. Mas tenho que ser forte, porque é a dor dos Mapuches que eu estou sofrendo agora, na própria pele".

Artigo baseado em informações obtidas de: "Estoy presa por la información que manejo", Jaime Díaz Lavanchy / La Nación Domingo, 9 de junho de 2008, http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20080628/pags/20080628180307.html; "Chile: Libertad de Expresión", Anistia Internacional, http://www.amnistia.cl/index_aauu.shtml?x=87763; "Documentalista de Film Mapuche y las graves violaciones al trabajo documental", Mapuexpress, <http://www.mapuexpress.net/?act=news&id=2870>; contribuição de Alfredo Seguel, Coordinación de Identidades Territoriales Mapuche, alfredosequel@gmail.com

[início](#)

- Colômbia: o dendezeiro cresce à força de violência

Desde o início desta década, todas as áreas de expansão das plantações de dendezeiros na Colômbia coincidiram geograficamente com áreas de expansão e presença paramilitar. Até o ponto de algumas das novas plantações em desenvolvimento terem sido financiadas como projetos produtivos para aqueles que tinham sido deslocados pelo grupo paramilitar Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) que já tinham incursionado nessas áreas.

Essa estratégia de controle territorial através da expansão do dendê tem um aliado importante nas políticas governamentais de apoio e incentivo à plantação de dendezeiros que também visam claramente ao controle econômico, político e militar de grandes áreas da Colômbia que escapam do controle governamental.

As políticas governamentais estão por sua vez potenciadas pelos lineamentos estratégicos de investimento dos organismos internacionais. Uma análise das propostas de investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ilustra a questão: "A critério do BID, as culturas de médio e longo prazo têm maior potencial exportador, maior capacidade de sobrevivência em uma economia aberta, imprimem grandes benefícios em termos do processo de pacificação e geram um crescimento sustentável do agro, superando assim os problemas de financiamento agropecuário de longo prazo. (...) E em concordância com o Documento de País (BID), o programa focaliza suas atividades nas áreas e projetos importantes do ponto de vista do esforço de pacificação. Em geral os investimentos em culturas de médio e longo prazo são vistos pelo BID como estratégias de governabilidade ou controle territorial diante de problemáticas como o conflito guerrilheiro, a violência política, a delinquência comum e as culturas ilícitas. A agricultura extensiva é uma alternativa real para a ocupação do território e para a geração de emprego em áreas de conflito."

Finalmente, todos esses discursos confluem na idéia de as culturas de dendezeiros serem um meio de desenvolvimento econômico útil para a pacificação do país. Tal confluência de ações ilegais e delituosas, de políticas governamentais e de investimentos internacionais conforma o modelo do dendê na Colômbia.

O modelo pode ser generalizado em um esquema de 5 estágios:

1. Arremetida ou conquista paramilitar
2. Apropriação ilegal das terras. Roubo ou compra com intimidação armada.
3. Semeadura de dendê.
4. Complexo palmar = Plantações + Extratoras.
- 5a. Fluxo do óleo para o mercado nacional e/ ou internacional.
- 5b. Domínio territorial.

Esta caracterização é uma síntese dos diferentes processos que vêm se desenvolvendo nas áreas de palmares do país, mas é particularmente aplicável de forma integral (de 1 a 5) às novas plantações desenvolvidas desde inícios da presente década.

Nos processos anteriores como em Santander ou Tumaco, o modelo foi iniciado com complexos de palmares já estabelecidos, nos que os próprios empresários de dendê conformaram ou convidaram e financiaram grupos paramilitares como corpos de segurança privada diante da guerrilha. Ao contrário, em Casanare, as plantações de dendezeiros se espalharam ao mesmo ritmo que o acionar paramilitar, encobrindo-se ambas expansões. O caso que se ajusta perfeitamente ao modelo corresponde às plantações da região do Chocó onde foram os próprios paramilitares que convidaram os empresários de dendê para que se instalassem em suas áreas de controle.

Conforme a Procuradoria Geral da Nação, "a apropriação, usurpação e saqueio das terras por parte de grupos de autodefesas (33%), guerrilhas (17%), narcotraficantes, esmeraldeiros [comerciantes de esmeraldas], terra-tenentes, alguns palmicultores e outros atores foi denominada por analistas e pela mídia como a 'contra-reforma agrária' e a 'para-reforma agrária'".

De uma extensão estimativa entre 2,6 e 6,8 milhões de hás, grande parte está plantada com dendê atualmente. Esta 'contra-reforma agrária' denunciada por vários analistas e meios de comunicação já vem sendo denunciada há muito tempo pelas próprias vítimas, como nos casos das comunidades do Curvaradó e Jiguamiandó, afetadas pelas plantações de dendezeiros.

As incursões, arremetidas ou a posterior conquista territorial deixaram um saldo macabro nas áreas rurais da Colômbia. Os assassinatos ou massacres, os sumiços forçados, as ameaças, os seqüestros, as torturas e outras fustigações provocam o deslocamento forçado coletivo e/ ou individual dos habitantes das terras que são alvo de arrebatamento.

As dimensões do deslocamento forçado na Colômbia são assustadoras. Estima-se que no país foram deslocadas violentamente entre 1.874.917 e 3.832.525 pessoas conforme diferentes registros. Deste elevado número, dois em cada três deslocados possuíam terras na hora de ser deslocados. (Texto extraído de "El flujo del aceite de palma Colombia - Bélgica/Europa. Acercamiento desde una perspectiva de derechos humanos")
<http://www.hrev.org/media/documentos/elflujoalmaes.pdf>

As denúncias continuam: a organização colombiana Salva la Selva (Rettet den Regenwald) denunciou que os líderes comunitários que se opõem às plantações de dendê e aqueles que apóiam as comunidades deslocadas com posse de títulos legais sobre suas terras para elas retornarem aos lugares de onde foram deslocadas vêm recebendo ameaças de morte. Outras pessoas da área foram atacadas por membros de forças paramilitares e militares. Em

setembro de 2007, duas pessoas foram feridas de bala por homens que se acredita pertenciam a um grupo paramilitar. Também continuam as ameaças às comunidades que já retornaram a suas terras.

Desde 2001, houve 113 assassinatos, 13 deslocamentos forçados, e soube-se de numerosas ameaças de morte e ocupações ilegais de terras. Em dezembro passado, o Promotor Geral da Nação elevou um caso contra 23 representantes de empresas de dendê, mesmo que isso não tenha resultado em esforços reais para deter a expansão do dendê nem da pecuária em terras comunitárias.

No passado mês de maio os membros da comunidade de Caracoli, território coletivo de Curvaradó, Jair Barrera, Jonny Barrera e Devis Salas, e as defensoras de direitos humanos da Comissão de Justiça e Paz, Elizabeth Gómez e Luz Marina Arroyabe foram detidos ilegalmente pela polícia sob acusações dirigidas a criminalizá-los, e posteriormente sofreram maus tratos, torturas e ameaças. Toda a ação policial esteve acompanhada por beneficiários do paramilitarismo e a palmicultura (vide <http://www.salvalaselva.org/protestaktion.php?id=255>).

Por sua vez, o Conselho Nacional de Política Econômica e Social (CONPES) anunciou novas políticas que irão incrementar o apoio governamental à expansão dos agrocombustíveis, com o intuito de transformar a Colômbia em uma potência exportadora de agrocombustíveis.

As violações dos direitos humanos no Chocó e outras partes, e a destruição acelerada de florestas tropicais e outros sistemas vitais e biodiversos são o resultado direto destas políticas do governo.

[início](#)

- **Malásia: bloqueios contra companhia de dendezeiros de Sarawak**

Na Europa e nos EUA, o azeite de dendê está sendo promovido como um agrocombustível que supostamente evitará o aumento das emissões de dióxido de carbono na atmosfera. Logicamente, é o modelo em grande escala e não o modelo diversificado em pequena escala que está sendo implementado e de fato é apenas uma forma de adiar a necessidade imperativa de mudar uma produção com uso intensivo de energia e padrões de consumo e comércio. As plantações de dendezeiros para agrocombustível somente se acrescentam aos efeitos já prejudiciais das plantações de dendezeiros para uso industrial.

Enquanto isso, as grandes corporações ficam com a maior parte do florescente mercado de um cultivo industrial que cobre vastas áreas. Os países do sul estão sendo objetivados, mas o fruto dos dendezeiros tem um gosto mais amargo para suas comunidades, que recebem menos do que as migalhas prometidas. O que segue é mais um exemplo disso.

Em 1996, proprietários de terras Ibam em Sarawak convieram que sua terra no Distrito de Kanowit fosse plantada com dendezeiros. Foi estabelecida uma joint venture entre a Boustead Plantations (60%), os aldeões (30%) e o órgão governamental Autoridade de Custódia e Desenvolvimento da Terra (LCDA) (10%).

Através do acordo, prometeram-lhes aos aldeões caminhos que conectariam as malocas na área, eletricidade e fornecimento de água encanada, bem como títulos por 60 anos para os proprietários de terras com Direitos Consuetudinários Nativos.

No entanto, informou-se que apesar de que os frutos tem sido colhidos durante muitos anos, os proprietários de terras com Direitos Consuetudinários Nativos não tem recebido quaisquer dividendos até agora, com exceção de um miserável adiantamento inicial pagado em 1997. Nenhuma das outras promessas tem sido cumprida.

Os nativos não puderam suportar o abuso e decidiram adotar ações para proteger seus interesses. Em abril

estabeleceram um bloqueio para que a companhia não entrasse em sua plantação de dendezeiros. No início isso foi levado a cabo por apenas três comunidades organizadas em malocas mas depois outras seguiram até as atuais 20. De acordo com um artigo de Tony Thien, aproximadamente 400 pessoas de 20 comunidades organizadas em malocas Iban em Machan têm impedido que a companhia ingresse a sua plantação de dendezeiros enquanto em um ponto de acesso na Ladang Kelimut situado no banco direito do Rio Rajang, os aldeões colocaram seus próprios colegas para evitar que os trabalhadores ingressem à propriedade. Em outro caminho de acesso colocaram duas barreiras. Espera-se que muitos mais povoadores se unam a eles nos bloqueios.

Ao mesmo tempo, os povoadores apresentaram uma denúncia policial em Kanowit dizendo que a companhia não lhes tinha pagado dividendos e que cientificavam à companhia de que a menos que fizesse o pagamento em breve, iam promover o caso na justiça e ao mesmo tempo deter as operações da companhia.

Como acontece em geral nestes casos, o jornalista que informava sobre o assunto disse que “a companhia não pode ser contatada no momento para comentários”.

Artigo baseado em: “Angry native landowners act against Sarawak oil palm company”, Tony Thien, Malaysiakini, <http://www.bmf.ch/en/news/?show=103>

[início](#)

- África Ocidental: os ambiciosos planos de expansão da Wilmar e da Olam International para o azeite de dendê

Um artigo do Boletim do WRM de junho apontou a participação da Unilever na ameaça à Floresta de Pântanos Tanoe, um dos últimos blocos de florestas remanescentes na Costa do Marfim. Depois de protestos internacionais, a Unilever ‘promete’ agora uma Avaliação do Impacto Ambiental mas não tem garantido que a floresta será protegida. Pelo contrário, ela tem promovido seus planos de longa data para vender ações na PALM-CI que possui a concessão para Tanoe, apesar de que continuará sendo um dos principais clientes da PALM-CI. Por trás do anúncio e possivelmente por trás dos planos para destruir a Floresta de Tanoe, subjazem mudanças de longo alcance na indústria do azeite de dendê na região.

Em novembro de 2007, a Wilmar International e a Olam Internacional sediadas em Cingapura anunciaram planos de uma expansão agressiva na África Ocidental. Elas formaram um joint venture 50:50, a Nauvu, que adquiriu ações na Palm-CI, na companhia de agronegócios SIFCA da África Ocidental (também uma das principais investidoras na Palm-CI) e em um novo negócio de refinação estabelecido pela SIFCA e a Unilever.(1) O governo da Costa do Marfim tem vendido suas ações para a SIFCA. Desde que a Wilmar International adquiriu o Grupo Kuok no ano passado e se transformou no maior comerciante em azeite de dendê do mundo, eles estão visando a expansão em novas regiões, incluindo a África Ocidental. Seus planos são ambiciosos: a Palm-CI a maior proprietária de azeite de dendê e fábrica de azeite de dendê na Costa do Marfim planeja triplicar sua produção até 2020. A Wilmar, a Olam e a SIFCA procuram expandir a produção de azeite de dendê, açúcar e borracha, não apenas na Costa do Marfim mas na região inteira, incluindo na Guiné, Libéria e Nigéria, a maior produtora de azeite de dendê da África. Realizou-se uma prova inicial para produzir biocombustível de azeite de dendê na Costa do Marfim.(2)

A nova sociedade Wilmar-Olam e o investimento na África Ocidental são notícias preocupantes: as duas companhias têm estado implicadas em desmatamento e têm desconsiderado os direitos das comunidades. As concessões da Wilmar são na Indonésia, onde a expansão do azeite de dendê tem estado muito ligado ao desmatamento. Rotineiramente, as companhias cortam muitas vezes a área de florestas que realmente plantam com dendezeiros e obtêm lucros adicionais da venda da madeira, geralmente ilegal. Em um relatório de 2007 da Amigos da Terra Holanda, Kontak Rakyat Borneo e Lembaga Gemawan (3) expuseram o envolvimento da Wilmar na destruição das florestas tropicais, a ignorância das leis nacionais e dos direitos das comunidades e os incêndios florestais no Distrito

de Sambas, em Kalimantan. O relatório de Greenpeace 'Cooking the Climate'(4) (Cozinhando o Clima) revela um grande número de concessões da Wilmar sobre terras de florestas tropicais bem como um grande número de focos de calor durante a estação seca. A Unilever está envolvida como cliente em vez de como uma companhia de plantação, como agora visa a fazer na África Ocidental. De outro lado, a Olam tem obtido concessões madeireiras na República Democrática do Congo em violação de uma moratória e tem tido embarques de troncos ilegais apreendidos.(5) Tanto a Unilever quanto a Wilmar são membros da Mesa Redonda para Azeite de Dendê Sustentável (RSPO) com a Unilever como membro fundador e presidente da Diretoria Executiva. Não há evidência de que sua participação na RSPO se tenha traduzido em alguma outra coisa que um golpe de propaganda.

Os antecedentes da Wilmar na Uganda, o único país africano onde a companhia tem tido concessões de dendezeiros até agora, têm seguido o 'modelo' indonésio: Sua subsidiária, a Bidco foi autorizada para destruir as florestas, incluindo nas Ilhas de Sseese, para o azeite de dendê (ver Boletim do WRM, agosto de 2006).

A Floresta de Pântanos de Tanoë bem poderia ser a primeira de muitas florestas da África Ocidental atingida por esta nova sociedade comercial.

Almuth Ernsting, Biofuelwatch, <http://www.biofuelwatch.org.uk>, e-mail: almuthbernstinguk@yahoo.co.uk

Referências:

- 1) www.wilmar-international.com/news/press_releases/News_Release_15Nov07.pdf
- 2) www.jeunefrique.com/jeune_afrique/article_jeune_afrique.asp?art_cle=LIN30038sifcaseuqit0
- 3) www.foei.org/en/publications/pdfs/Wilmar_Palm_Oil_Environmental_Social_Impact.pdf/view?searchterm=Wilmar
- 4) www.greenpeace.org/international/press/reports/cooking-the-climate-full
- 5) www.greenpeace.org/international/news/world-bank-congo-forest_300807

[início](#)

JUSTIÇA CLIMÁTICA JÁ!

- Grupos da Sociedade Civil Asiática Exigem 'Justiça Climática'

Mais de 170 ativistas que se reuniram em Bangkok durante o fim de semana criticaram duramente os governos e as companhias por não reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Exigiram "justiça climática" e um "afastamento fundamental da atual ordem global" para solucionar a crise climática. Os participantes da conferência incluíram pescadores e granjeiros, povos das florestas e indígenas, mulheres, jovens, trabalhadores e ativistas não governamentais de 31 países.

"Por justiça climática" afirmaram os participantes em um documento da conferência "queremos dizer que a carga do ajuste da crise climática deve ser suportada por aqueles que a tem criado e não por aqueles que têm sido menos responsáveis."

A conferência apontou a crescente voz de movimentos sociais e grupos da sociedade civil na Ásia sobre a questão da mudança climática.

Durante os três dias da conferência os participantes expressaram repetidamente frustração pela forma na que os governos e companhias, que têm até agora dominado a discussão sobre clima, não tem abordado as causas básicas da mudança climática que ameaça o planeta.

Depois de mais de 30 workshops e debates plenários os participantes atingiram um consenso sobre sua oposição ao comércio de carbono e programas de "compensação", como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o

programa de Emissões Reduzidas do Desmatamento em Países em Desenvolvimento (REDD), que permite aos poluidores comprar a forma de reduzir emissões.

Os participantes também rejeitaram os agrocombustíveis industrializados, as megabarragens e a energia nuclear, dizendo que essas “falsas soluções” vão “simplesmente exacerbar a crise climática e aprofundar a iniquidade global.”

Como solução, os participantes insistiram que os governos devem enfrentar o problema do consumo excessivo, tanto nos países desenvolvidos quanto entre elites em países mais pobres.

A conferência escutou que enquanto os países industrializados têm sido responsáveis por aproximadamente 90% das emissões de gás de efeito estufa históricas, 99% dos riscos que apresenta a mudança climática está sendo suportado por pessoas de países em desenvolvimento.

“Lidar com a crise climática envolve inevitavelmente um desvio fundamental da ordem global atual e uma transformação integral das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em nível local, nacional e global” concluíram os participantes.

A conferência foi organizada por Focus on the Global South, um grupo de política e defesa sediado na Universidade Chulalongkorn de Bangkok, junto com outros 24 co-organizadores do mundo inteiro. A maioria dos participantes veio de países asiáticos mas também havia representantes da América do Norte, da Europa, da América Latina e da África.

Por mais informação sobre a conferência visite o site:
www.focusweb.org/climatechange

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

